

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.443 - PR (2019/0294433-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FERNANDO SILVA SANTOS
AGRAVANTE : MIRELA ROCIO DA SILVA SANTOS
ADVOGADOS : LUIZ ANTÔNIO SCHRAMM CARRASCOZA - SC016833
SAMUEL GAERTNER EBERHARDT - SC017421
ISOCLEY BOSSI - SC018086
MARCELO FRANCISCO MATTEUSSI - SC025915
AGRAVADO : LN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
AGRAVADO : MONTE VERDE INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : HAMILTON SCHMIDT COSTA FILHO - PR018948

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL DE 15 DIAS ÚTEIS. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Fernando Silva Santos e Mirela Rocio da Silva Santos contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial sob o fundamento da inexistência de negativa de prestação jurisdicional.

Em suas razões (e-STJ, fls. 730-733), os agravantes alegam violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015 por ter o Colegiado estadual deixado de sanar omissão, no âmbito dos embargos de declaração, no tocante à não divulgação da cláusula de tolerância, ao desequilíbrio da cláusula de tolerância e às motivações do atraso no financiamento.

Contraminuta apresentada às fls. 737-739 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

É aplicável o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo n. 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Superior Tribunal de Justiça

Nesse caso, o presente recurso não ultrapassa a barreira do conhecimento, ante sua manifesta intempestividade.

A decisão que inadmitiu o recurso especial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 12/6/2019 (e-STJ, fl. 719). A petição do agravo em recurso especial somente foi protocolizada no dia 4/7/2019 (e-STJ, fl. 730), quando o prazo legal de 15 (quinze) dias úteis (art. 1.070, *caput*, c/c art. 219, *caput*, do CPC/2015) já havia terminado.

Com efeito, o § 6º do art. 1.003 do CPC/2015 dispõe que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", circunstância que conduziu à revisão da jurisprudência desta Corte para reconhecer a impossibilidade de comprovação posterior da tempestividade do recurso.

A partir da redação do referido dispositivo legal, conclui-se que eventual documento apto a comprovar a ocorrência de feriado local, para fins de aferição da tempestividade do recurso, deve ser colacionado aos autos no momento de sua interposição.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator